



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

25 de setembro 2012

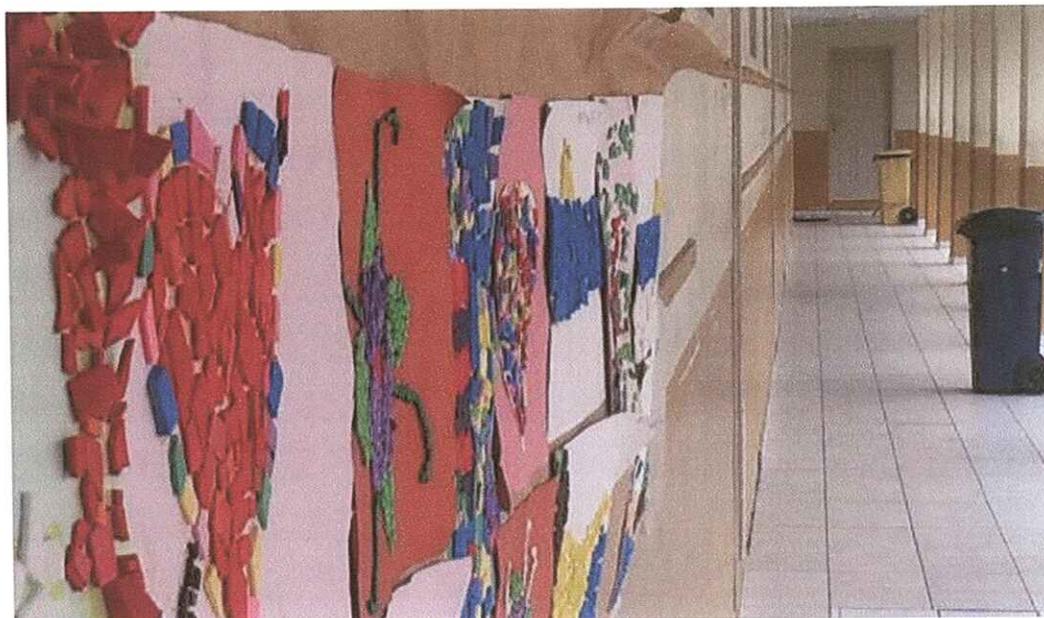


Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 25/09/2012
Assunto: Professora é agredida por mãe de aluno e escola suspende aulas em Florianópolis		Página: Online

DIÁRIO CATARINENSE

Professora é agredida por mãe de aluno e escola suspende aulas em Florianópolis

Agressão ocorreu nesta segunda-feira no Colégio Estadual Rosa Torres de Miranda



Um professora do 4^a ano do ensino fundamental do Colégio Estadual Rosa Torres de Miranda, no Jardim Atlântico, em Florianópolis, foi agredida pela mãe de um aluno. O caso ocorreu na manhã desta segunda-feira. Segundo laudo médico, a mulher sofreu uma fratura no pé. A escola, que tem 459 alunos, suspendeu as aulas na manhã desta terça-feira para discutir o caso entre os professores e funcionários da unidade. No período da tarde, as aulas devem ocorrer normalmente.

Segundo funcionários, que preferem não se identificar, o motivo da agressão teria surgido na última quinta-feira, quando o filho da agressora teria sido perseguido e agredido por colegas do mesmo ano. Revoltada com o fato, a mãe foi à escola pedir providências à direção. Ela teria se alterado em uma discussão com a professora e partido para a agressão.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Reportagem Especial

Data: 24/09/2012

Assunto: Transporte escolar: ônibus vazios até 2013

Página: 4/5

DIÁRIO CATARINENSE



Novo atraso



Vans ficarão paradas até ano que vem

133 ônibus escolares estão na garagem por conta da lei eleitoral. **Páginas 4 e 5**

TRANSPORTE ESCOLAR

Ônibus vazios até

Entrega dos veículos que serão usados para levar os alunos de 134 municípios para a escola só deve ocorrer no início do ano que vem. Secretaria da Educação de SC entende que lei eleitoral impede repasse em 2012, mas especialista não vê problema na entrega logo após a eleição.

ÂNGELA BASTOS

A viagem não será de imediato, mas em 2013. Depois de uma pendenga que começou em julho, a Secretaria de Estado da Educação comprou 133 ônibus escolares, que estão estacionados em um terreno privado localizado em Palhoça, na Grande Florianópolis.

Os veículos custaram R\$ 17,5 milhões, mas, por causa da lei eleitoral, só serão entregues aos municípios no começo do ano que vem. Quando estiverem rodando, poderão transportar 6.686 estudantes de 134 municípios catarinenses. Além dos 133 ônibus da Iveco, ainda há dois fabricados pela Volkswagen.

Há um mês, quando o DC publicou reportagem especial sobre os ônibus, a estimativa do secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, era de entregar os veículos em novembro. O prazo seria suficiente para vencer as etapas burocráticas da aquisição. Porém, como a secretaria entende que os

efeitos da lei eleitoral se estendem até o fim do ano, a entrega foi adiada para início de 2013.

Mas há controvérsias sobre o alcance da lei. O especialista em legislação eleitoral Márcio Luiz Viccari não vê problema na distribuição dos ônibus em novembro, logo após o pleito, uma vez que não haveria mais a chance de lucro eleitoral.

MEC repassou os recursos da compra

No final de junho, um programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do MEC, garantiu R\$ 34 milhões para a compra – a sobra foi para manutenção escolar. Mas a falta de convênio entre Estado, Assembleia Legislativa e municípios causou o entrave.

Os veículos chegaram no final de julho, mas só em agosto Deschamps assinou o contrato com a empresa Iveco para aquisição dos coletivos. A compra foi realizada por meio da adesão ao pregão do Ministério da Educação. O recurso foi repassado pelo Programa Caminho da Escola.

O programa do governo federal consiste na concessão, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de linha de crédito especial para a aquisição, por estados e municípios, de ônibus, miniónibus e micro-ônibus zero quilômetro e embarcações novas.

A empresa Iveco, responsável pelos veículos, tem 110 dias (a contar de 30 de agosto) para repassar os ônibus para a Secretaria de Educação. Os ônibus para transporte escolar serão repassados, por meio de um termo de doação, às prefeituras. Cada município irá assumir a logística do transporte, definindo o número de viagens em diferentes turnos. Concluídas todas as etapas de legalização dos ônibus, serão feitos os procedimentos de entrega.

A lista de municípios beneficiados foi feita pelo Fórum Parlamentar Catarinense, formado pelos deputados federais e senadores. Os parlamentares perceberam o problema em suas bases, onde a inexistência ou qualidade da frota escolar em circulação é ruim.

O impasse

Um decreto estadual de 2009, obrigando licitação para contratação de materiais e serviços, impediu a aquisição dos ônibus.

Uma nova determinação, assinada pelo Executivo em 7 de agosto, abriu exceção para ações vinculadas ao governo federal e de interesse público na área da educação, garantindo o benefício. Mesmo assim, o Estado ainda esbarra em questões burocráticas.

Até que fosse firmada a nova resolução, o prazo para a adesão ao pregão nacional, relacionado à compra dos ônibus, expirou.

Mas a Secretaria de Estado da Educação encontrou uma brecha na lei e conseguiu aderir ao pregão num segundo momento.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



No terreno da Iveco em Palhoça, os 133 ônibus fabricados pela empresa para serem distribuídos no Estado aguardam a entrega

Municípios que serão beneficiados

- A** Abelardo Luz
Agrolândia
Agronômica
Água Doce
Águas Frias
Alto Bela Vista
Anitápolis
Araquari
Arroio do Silva
Arvoredo
- B** Bocaina do Sul
Bom Jardim da Serra
Bom Jesus
Bom Jesus do Oeste
Bombinhas
Brunópolis
Brusque
- C** Caçador
Campo Alegre
Campo Belo
Campo Erê
Campos Novos
Canelinha
Canoinhas
Capivari de Baixo
Catanduvas
Coronel Freitas
Celso Ramos
Cerro Negro
Chapadão do Lageado
Chapeó
Correia Pinto
Corupá
Curiúbanos
- D** Descanso
Dionísio Cerqueira
Dona Emma
Doutor Pedrinho
- E** Entre Rios
Erval Velho
- F** Formosa do Sul
Forquilha
Galvão
- G** Garopaba
Grão-Pará
Guabiruba
Guaraçaba
Guaramirim
- H** Herval d'Oeste
- I** Ibiam
Içara
Ilhota
Imaruí
Imbuia
Indaial
Ipira
Iporã do Oeste
Irineópolis
- J** Jaguaruna
Jardinópolis
Joaçaba
Joinville
José Boiteux
Jupia
- L** Lacerdópolis
Laguna
Luís Alves
- M** Mafra
Major Gercino
Maracajá
Maravilha
Massaranduba
Matos Costa
Mondai
Morro da Fumaça
- N** Nova Trento
- O** Orleans
Otacílio Costa
- P** Pailon
Palmitos
Papanduva
Paraíso
Paulo Lopes
Pedras Grandes
Penha
Petroliândia
Pinhalzinho
Piratuba
Planalto Alegre
Ponte Alta
Porto União
Presidente Getúlio
Presidente Nereu
Princesa
- R** Rio do Oeste
Rio dos Cedros
Rio Negrinho
- S** Salitinho
Santa Cecília
Santa Rosa do Sul
Santa Terezinha
Santa Terezinha do Progresso
Santiago do Sul
São Bento do Sul
São Bernardino
São Cristóvão do Sul
São Domingos
São João Batista
São João do Itaperiú
São João do Oeste
São João do Sul
São Joaquim
São José do Cedro
São José do Cerrito
São Lourenço
São Ludgero
São Miguel do Oeste
Saudades
Schroeder
Seara
Sul Brasil
- T** Taió
Tijucas
Timbé do Sul
Timbó
Timbó Grande
Três Barras
Tubarão
Tunápolis
- U** União do Oeste
- V** Vargem
Vargem
Vitor Meireles
- X** Xanxerê

2013

Veículos estão em vistoria

A expectativa da empresa Iveco é que os veículos sejam entregues para a Secretaria de Estado da Educação em outubro, antes do prazo legal previsto na assinatura do convênio.

Para isso é preciso finalizar a vistoria do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), que está ocorrendo. Por dia são vistoriados de seis a oito ônibus. São observados 30 itens, como limitador de velocidade em 70 km/h e o não deslocamento com portas abertas.

Na inspeção, o Inmetro observa itens como cintos de segurança em boas condições e para todos os passageiros, grade separando os alunos da parte onde fica o motor e registrador de velocidade, o tacógrafo. Este aparelho, instalado no painel do veículo, registra a velocidade e as paradas do veículo em um disco de papel. Por lei, esses discos devem ser trocados todos os dias e devem ser guardados pelo período de seis meses, porque serão exibidos ao Detran por ocasião da vistoria especial.

Os coletivos escolares exigem ainda

apresentação diferenciada, com pintura de faixa horizontal na cor amarela nas laterais e traseira, contendo a palavra "Escolar" na cor preta. Todo veículo que transporta alunos deve ter uma autorização especial expedida pela Divisão de Fiscalização de Veículos e Condutores do Detran ou pela Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran). Além das vistorias normais no Detran, o veículo que transporta alunos precisa fazer mais duas especiais – uma em janeiro e outra em julho –, para verificação específica dos itens de segurança para transporte escolar.

Os ônibus, fabricados na cidade de Sete Lagoas (MG), custaram R\$ 132 mil cada. O representante de vendas da Iveco junto à Secretaria de Educação do Estado, Luis Felipe Nunes, explica que os veículos serão entregues tão logo estejam vistoriados.

– Nossa parte estará concluída e caberá à SED definir questões relativas aos novos passos, como local de estacionamento e entrega dos ônibus – observa Nunes.

Deu no DC



Na edição de 24 de agosto, reportagem especial mostrou que os entraves burocráticos e impasses no processo de compra deixa os ônibus parados, sem a possibilidade de serem entregues aos alunos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Geral

Data: 24/09/2012

Assunto: MEC prepara pacto nacional

Página: 23

DIÁRIO CATARINENSE

ALFABETIZAÇÃO

MEC prepara pacto nacional

Brasília

Com quantos anos uma criança precisa saber ler e escrever? O Ministério da Educação lançará no mês que vem o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que estabelece que todos devem estar alfabetizados ao fim do 3º ano do ensino fundamental, aos oito anos de idade.

É o que prevê, também, a meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE), em tramitação no Congres-

so. No País todo, 5.182 municípios (93,2% do total) aderiram ao pacto e receberão material didático e cursos de formação docente.

O compromisso com a alfabetização é importante e é preciso, de fato, que o país se responsabilize por isso. A questão a ser discutida é a idade para que esse processo se concretize, avaliam especialistas.

– Oito anos é muito tarde. Se a ideia é mudar, temos de centrar esforços e apostar em metas mais ousadas – disse Izolda Cela de Arruda Coelho, secretária de Educação do Ceará.

Pode parecer detalhe, mas um ano a mais faz diferença no direito da criança de se apropriar das coisas a sua volta, afirma o neurocientista Ivan Izquierdo.

– Prejuízo intelectual não causa, porque sempre se pode alfabetizar depois. Mas a criança perde espaço para participar do mundo.

O presidente do Instituto Alfa e Beto, João Batista Oliveira, explica que seis anos é a idade em que se alfabetiza na maior parte dos países que têm um idioma com complexidade parecida à da língua portuguesa.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Política

Data: 24/09/2012

Assunto: Nota pública

Página: 11

DIÁRIO CATARINENSE

A PEDIDO

NOTA PÚBLICA EM DEFESA DOS SERVIDORES LOTADOS NA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O SINTESPE, Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de SC, vem a público cobrar solução urgente do Governador Raimundo Colombo e do Secretário da Educação Eduardo Dechamps, o compromisso assumido em campanha de pôr “*as pessoas em primeiro lugar*”. Não é isso que os Analistas Técnicos da Educação, lotados nas escolas públicas, Colégios Agrícolas, CEDUPs, CEJAs, NEPs, da Capital e demais regiões do Estado, estão vendo e sentindo em seus salários.

Esses servidores estão esquecidos e sendo discriminados há seis anos pela falta de vontade política do Governo Colombo e de seu antecessor LHS, quando foi aprovado o direito à Gratificação de Produtividade criada pela Lei 13.763/2006, que é concedido somente aos servidores que trabalham no prédio Sede da Secretaria da Educação. Fato que viola frontalmente o princípio da isonomia da igualdade e da

valorização entre os servidores dentro do mesmo órgão e com a mesma função.

Os argumentos do governo para não atender às reivindicações caem sempre na mesma falácia: falta de recursos. Pois, quando se trata de dar condições dignas e valorização aos servidores, eles justificam seu descaso com a categoria com esse argumento. Mas, quando é para beneficiar empresários com isenção de impostos, o governo de SC cria a renúncia fiscal, que em 2011 chegou à casa dos quatro bilhões de reais. Ainda assim, SC nunca arrecadou tanto em impostos como nos últimos oito anos. Ou seja, só tem verba de sobra para os cargos nas Secretarias Regionais, inchadas por funcionários terceirizados e por apadrinhados políticos comissionados, os “Cabides de Emprego”, o que também foi muito propagado pelo atual governador durante campanha eleitoral. Diante do exposto, os servidores Analistas Técnicos

da Educação esperam do Governador do Estado e do Secretário da Educação respeito e valorização, pois a isonomia entre os servidores faz justiça a todos.

Por fim, nos dirigimos ao Governador Raimundo Colombo e ao Secretário da Educação Eduardo Dechamps, e afirmamos que a valorização da Educação e a melhoria do atendimento aos nossos filhos passa pela valorização dos Servidores da Educação, já que uma escola funciona com um corpo composto por Técnicos Administrativos, Auxiliares de Classe e Professores.



SINTESPE
Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de SC
www.sintespe.org.br

POR DECISÃO POLÍTICA DO GOVERNO, O PROJETO QUE CONTEMPLA OS ANALISTAS TÉCNICOS EM EDUCAÇÃO NÃO FOI PARA VOTAÇÃO NA ALESC.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Zero Hora	Editoria: Educação	Data: 25/09/2012
Assunto: O ensino médio encolheu		Página: Online

ZERO HORA

O ENSINO MÉDIO ENCOLHEU

Especialistas afirmam que alunos desistem de estudar por causa do modelo desta etapa no Brasil, que estaria ultrapassada

A crise no Ensino médio brasileiro ganhou novos contornos na sexta-feira, com a publicação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). No mês passado, os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação básica (Ideb) escancararam a falta de qualidade na modalidade de Ensino. Agora, a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que também há retrocesso na quantidade.

De 2009 a 2011, revela a Pnad, caiu a proporção de jovens na faixa etária correspondente ao Ensino médio que frequentam a Escola. Há três anos, 85,2% dos brasileiros entre 15 e 17 anos eram estudantes. No ano passado, o índice recuou para 83,7%. Houve redução até mesmo em números absolutos, apesar do aumento populacional.

Os dados sugerem uma perigosa reversão de tendência, depois de um período prolongado de expansão do secundário. Em 1992, apenas 59,7% dos brasileiros de 15 a 17 anos eram estudantes. Em menos de duas décadas, o índice avolumou-se em 25%. Os percentuais aumentaram ano a ano, ou pelo menos permaneceram estáveis, até o declínio registrado do ano passado.

No Rio Grande do Sul, a fuga da Escola de adolescentes de 15 a 17 anos foi ligeiramente mais acentuada do que no resto do país. De 2009 a 2011, a proporção de estudantes entre esses jovens caiu de 85,3% para 83,5%. Há poucas dúvidas entre os especialistas de que esse grupo etário vem abandonando o sistema de Ensino porque o modelo brasileiro de Escola secundária se esgotou.

– Há indicadores claros de que o Ensino médio não é atrativo, em dois sentidos: na maneira como é ministrado pela Escola e como forma de conseguir lugar no mercado de trabalho. O Ensino é burocratizado, não entusiasma e não oferece perspectivas para a vida prática – afirma Fernando Becker, Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Ideia é realizar mudanças no currículo e na organização das disciplinas
No mês passado, depois da divulgação dos resultados do Ideb, o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, defendeu a necessidade de reformular o secundário, mexendo no currículo e na organização das disciplinas. Na semana passada, depois da divulgação dos números da Pnad, Mercadante reforçou essa necessidade:

– O Ensino médio é uma estrutura enciclopédica que precisa ser reavaliada. Vamos promover o Ensino médio inovador, com a integração das disciplinas que compõem o Enem (Exame Nacional do Ensino médio), português, matemática, ciências humanas e ciências da natureza.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Temos de tornar a Escola mais atraente nesta etapa e diminuir a repetência. O secretário estadual da Educação, Jose Clovis Azevedo, não ficou surpreso com os números da Pnad:

– Em 2010, havia 76.344 jovens de 15 a 17 anos fora da Escola no Rio Grande do Sul. Eles não viam perspectivas no Ensino médio, principalmente os de classes mais vulneráveis. Mudar a situação não é fácil, mas, com a reforma, esperamos ter indicadores melhores dentro de três ou quatro anos.

Escola estadual se adapta à reforma

A necessidade da reforma do Ensino médio escancarada pelo Inep e pela Pnad já está em andamento no Estado. Antecipando-se ao que vem sendo defendido pelo ministro da Educação, o Rio Grande do Sul reformulou a modalidade nas turmas de 1º ano em todas as 1.053 Escolas secundárias estaduais. As inovações serão estendidas ao 2º ano no próximo período letivo e ao 3º em 2014.

– Começamos a discutir a reforma no ano passado. Há uma grande sintonia com o discurso do ministro, que já manifestou o desejo de conhecer a nossa experiência – afirma o secretário estadual da Educação.

O novo currículo, segundo o ministro, deverá ser organizado com base nas quatro áreas de conhecimento cobradas no Enem. Esse discurso casa com o que foi implantado no Rio Grande do Sul a partir da constatação de que o Ensino médio gaúcho apresentava problemas graves. No Estado, as disciplinas foram reunidas nas quatro grandes áreas, e os Professores passaram a trabalhar em conjunto.

O objetivo da mudança é mostrar as relações entre as diferentes áreas e aproximar a Escola da realidade. Os Alunos também fazem seminários nos quais podem desenvolver projetos de seu interesse. Nas Escolas, o período é de ajustamento à nova fase. No Colégio Júlio de Castilhos, da Capital, a diretora Leda Gloeden revela que ainda não foi possível conseguir a adesão de todos os Professores, por haver muitas turmas de primeiro ano:

– É o primeiro ano da experiência, é preciso mudar a cultura. Mas os Professores estão se engajando, e os Alunos passaram a ser protagonistas do processo. Agora, eles têm de se manifestar, de trabalhar em grupos. A pessoa responsável por cuidar das Escolas no Brasil é o ministro da Educação. O nome dele é Aloizio Mercadante. Dias atrás, ele veio a Porto Alegre e deu um recado para as crianças:– Quem estuda vai escolher o que vai fazer na vida. Quem não estuda pode ser escolhido ou não.- Quando disse isso, o ministro estava tentando mostrar como a Escola é importante para cada criança. Quem aproveita os estudos tem chance de ir longe. Quando vira adulto, entende melhor o mundo e pode trabalhar em alguma coisa que gosta.- A Escola também é importante para todo o país. Quando a Educação é boa e todas as pessoas têm acesso a ela, existe muito mais conhecimento. E uma sociedade onde as pessoas sabem mais se desenvolve e enriquece melhor.- O problema é que, no Brasil, cada vez mais adolescentes que deveriam estar no Ensino médio abandonaram a Escola. Por isso, existe hoje a preocupação de melhorar esta etapa da Educação.

Editorial: As escolas sob avaliação

É bem-vindo o projeto do governo de lançar mais um sistema estadual de avaliação das Escolas da rede pública, pelo qual a comunidade Escolar – incluindo Professores,



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

funcionários, Alunos e pais – apreciará um conjunto de 50 indicadores para definir a qualidade do Ensino ministrado. Resta saber o que será feito com mais esta aferição, a ser lançada hoje, diante da rejeição explícita da entidade representativa dos Docentes e da queixa de falta de debate prévio por parte de líderes de pais. O desejável é que seja seguida de um plano de ação exequível, destinado a corrigir as deformações que empurram o Ensino gaúcho para uma posição desconfortável no cenário nacional.

Mecanismos de avaliação são essenciais nos casos em que o objetivo é perseguir qualidade em alguma área, particularmente quando o que está em jogo são formas de aperfeiçoar o sistema educacional, adequando os ganhos às necessidades de quem tem por missão ensinar e de quem está em fase de aprendizado. É positiva, por isso, a intenção do novo sistema de se focar mais nos processos que levam aos resultados, mostrando-se complementar a alternativas existentes hoje, como é o caso do Índice de Desenvolvimento da Educação básica (Ideb).

O poder público, por sua vez, precisa se mostrar capaz de motivar todos os agentes envolvidos na área de Ensino a se integrarem nesse processo e, ao mesmo tempo, de colocar em prática sugestões consideradas procedentes. Como ficou claro a partir da origem do Exame Nacional do Ensino médio (Enem), por exemplo, é importante aguardar um tempo considerável até que as resistências desapareçam ou, pelo menos, se atenuem.

O pior dos cenários, nesse caso, é simplesmente rechaçar a ideia de qualquer avaliação no setor educacional. O poder público terá melhores condições de reduzir essas objeções se conseguir passar a ideia de que as imperfeições apontadas deixarão de se constituir em entraves para avanços no Ensino.